

PROCESSO N. 089/2023.

**Modalidade: Pregão Eletrônico de Registro de
Preços n. 52/2023.**

RECORRENTE: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.

Assunto: RECURSO em face da decisão da Pregoeira que determinou a **INABILITAÇÃO** da Recorrente. Impedimento de Contratação. Empresa com registro na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS**. Registro Ativo.

I – Síntese:

Trata-se de Pregão Eletrônico de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de “[...] **MATERIAIS GRÁFICOS PERSONALIZADOS E PELICULAS AUTOMOTIVAS PARA O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, SC** [...]”, de acordo com especificações contidas no Edital e anexos.

Inconformada com a decisão da Pregoeira que originou a sua Inabilitação, a Recorrente apresentou Manifestação Recursal através do Portal BLL, em 28 de agosto de 2023.

Instados a apresentar contrarrazões, nenhum dos demais participantes se manifestou.

Decorrido o prazo legal, vieram conclusos para Parecer.

É o relato necessário.

II – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Em síntese, sustenta a Recorrente que:

[...]

Desejamos manifestar recurso em todos os itens em que nossa empresa Polimpessos foi desclassificada, visto que o impedimento de licitar é único e exclusivo com o Município de Farroupilha.

Manifestamos recurso pela desclassificação de nossa empresa, visto que o impedimento de licitar é único e exclusivamente com o Município de Farroupilha, tal como consta essa informação no próprio SICAF. Assim, não podemos ser desclassificados nos outros municípios. Essa informação pode ser retirada diretamente no setor de licitações do Município de Farroupilha / RS no telefone (54) 3261-6912.

Ou seja, não temos nenhum impedimento em licitar com a Prefeitura de Cordilheira Alta, sendo nossa habilitação totalmente válida.

[...]

Ainda, anexou documento demonstrando a Sanção aplicada perante o Município de Farroupilha, RS, a qual, conforme se observa, tem como fundamento o artigo 7º da Lei 10.520/2002.

III – DAS CONTRARRAZÕES

Não houve apresentação de contrarrazões.

IV – DA ANÁLISE DO RECURSO

Consoante lição de Hely Lopes Meirelles¹, a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei, não havendo, na Administração Pública, liberdade nem vontade pessoal.

¹ Direito Administrativo Brasileiro, 37ª ed., São Paulo, Malheiros, 2011, p. 89;

E por força destes aspectos, prudente frisar que enquanto na Administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei, expressamente, autoriza.

Dito isto, e de acordo com os ditames constitucionais em vigor, para o particular vale a regra de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei². Outrossim, já para a Administração Pública, toda e qualquer ação que se pretenda praticar deve estar fundamentada no sistema legal, conforme artigo 37, caput, Constituição Federal de 1988³.

Neste sentido, ainda, conforme os ensinamentos do Especialista em Direito Administrativo e Mestre em Políticas Sociais, Professor Matheus Carvalho, acerca do princípio da legalidade.⁴

[...]

Com efeito, o administrador público somente pode atuar conforme **determina a lei**, amplamente considerada, abarcando todas as formas legislativas – desde o próprio texto constitucional até as leis ordinárias, complementares e delegadas. É a garantia de que todos os conflitos sejam solucionados pela lei, não podendo o agente estatal praticar condutas que considere devidas, sem que haja embasamento legal específico. Dessa forma, pode-se estabelecer que, no Direito Administrativo, se aplica o princípio da **Subordinação à lei**. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima.

[...]

E vencidas as fases de admissibilidade, razões e requerimento do recurso, e prazo das contrarrazões, passa-se à análise das argumentações recursais apresentadas pela Recorrente.

² CRFB – Artigo 5º, inciso II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

³ CRFB – Artigo 37. Caput. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

⁴ Manual de Direito Administrativo. Salvador-BA: Editora jusPODIVM, 5º ed. 2018. P.67.

4.1 – Da Manifestação inicial de Recurso

A Manifestação da Recorrente é no sentido de que “[...] *o impedimento de licitar é único e exclusivamente com o Município de Farroupilha, tal como consta essa informação no próprio SICAF [...]*”, razão pela qual não deveria ter sido **INABILITADA** no presente licitatório.

De outra banda, conforme se observa nos autos, a Pregoeira **INABILITOU** a Recorrente, em razão de haver impedimento / proibição de licitar por força do cadastro da Recorrente no **CEIS**.

Amparou sua decisão no artigo 87, III da Lei 8.666/1993, bem como, em Pré-Julgado do Superior Tribunal de Justiça que trata da espécie.

Todavia, no particular, cumpre destacar que referido tema é complexo, o qual não possui unanimidade na doutrina e na jurisprudência.

Neste aspecto, entendemos por bem trazer os entendimentos do TCU, do STJ, do TJSC, TRF4 e Lei 14.133/2021, afim de resguardar essa municipalidade, caso tais entendimentos venham a se modificar posteriormente a data da assinatura da presente manifestação.

4.2 – Jurisprudência do Tribunal de Contas da União

O Manual do Tribunal de Contas da União, que versa sobre a aplicação de sanções destaca logo na introdução do documento a complexidade legislativa acerca do tema e se propõe com o objeto de fornecer orientações às unidades do Tribunal de Contas da União (TCU).

Estas orientações, servem de parâmetros quanto aos procedimentos a serem adotados para apuração de responsabilidade de infrações praticadas por licitantes ou contratadas, bem como, para aplicação de eventuais sanções administrativas no **biênio 2019-2021**.

Demais não é salientar que uma suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, consiste em penalidade administrativa à contratada por descumprimento de regras contratuais ou editalícias que permitem a Administração suspender temporariamente o direito da contratada/licitante de participar de licitações ou contratar por prazo não superior à 2 (dois) anos. Tal penalidade possui previsão no inciso III, artigo 87 da Lei n. 8666/1993, senão vejamos:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

(...)

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Frisamos que a penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a administração acarreta a impossibilidade de o contratante participar de procedimentos licitatórios ou celebrar contratos, nos casos em que já houver sido realizada a licitação, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Quanto a abrangência de seus efeitos, frisamos que o Tribunal de Contas da União posiciona-se no sentido de que a sanção fica adstrita ao órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a penalidade.

Jurisprudência do TCU

Acórdão: 1017/2013 – Plenário

Enunciado:

A sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração) tem aplicação restrita ao órgão ou entidade que a cominou.

Acórdão: 1003/2015 – Plenário

Enunciado:

A sanção de impedimento para licitar e contratar prevista art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador, enquanto que aquela prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar.

Ainda, quanto ao IMPEDIMENTO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS PREVISTO NA LEI Nº 10.520/2002, ARTIGO 7º, o Tribunal de Contas da União, no âmbito do Acórdão 2.530/2015 – Plenário, buscou apaziguar tal questão ao tratar de temas referentes à abrangência e à aplicabilidade das diversas sanções relacionadas a licitações e contratos administrativos.

Neste aspecto, conforme Manual do TCU, “[...] o entendimento desta Corte de Contas, as sanções incidentes nas infrações cometidas em licitações e contratos administrativos previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos incisos III e IV da nº Lei 8.666/1993 possuem graus de aplicação distintos e podem ser ordenadas de acordo com sua rigidez:

- a.- A suspensão temporária (Art. 87, III, LLC) é a mais branda das sanções comparadas e seus efeitos somente impossibilitam o apenado de participar de licitações junto ao órgão ou entidade que a aplicou;
- b.- A sanção de impedimento de licitar e contratar do art. 7º da Lei do Pregão “*produz efeitos não apenas no âmbito do órgão/entidade aplicador da penalidade, mas em toda a esfera do respectivo ente federativo (União ou estado ou município ou Distrito Federal)*”;
- c.- A declaração de inidoneidade (Art. 87, IV, LLC) tem abrangência sobre toda a Administração Pública, na forma do art. 6º, XI, da Lei nº 8666/1993, compreendida como a “*a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas*”

Neste aspecto, percebe-se que o entendimento do Tribunal de Contas da União para o artigo 7º da Lei 10520/2002 é o mesmo do artigo 87, inciso III da Lei 8.666/1993.

Observamos que o Acórdão n. 269/2019 do Plenário do TCU, evidencia essa jurisprudência, remetendo inclusive a acórdãos de anos anteriores que possuem esse mesmo posicionamento:

9.4.1. a interpretação dada ao art. 7º da Lei 10.520/2002 afronta a jurisprudência do TCU, a qual é no sentido de que as sanções previstas nesse dispositivo se limitam ao ente federado sancionador (Acórdãos 2.242/2013, 2.081/2014 e 2.530/2015, todos do Plenário deste Tribunal, entre outros);

De uma simples leitura do referido Acórdão, demais não é sinalar que o entendimento do TCU é de que a abrangência da penalidade do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 é apenas no ente que aplicou a penalidade.

De clareza solar que o Acórdão n. 269 de 2019, do Plenário do Tribunal de Contas da União tem entendimento contrário aquele exarado pelo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

[...]

Segundo afirma, desde 2013, a Finep segue a jurisprudência do STJ, até mesmo quanto à abrangência mais ampla dos efeitos da pena do art. 7º da Lei 10.520/2002. Esse entendimento foi confirmado pelo Jurídico da Finep e embasou a decisão pela improcedência de recurso administrativo da Trivale e a homologação do certame.

Há ainda outra interpretação discutível por parte da assessoria jurídica da Finep. O órgão jurídico afirma que o fundamento legal da sanção aplicada pela SCGAS foi o art. 7º da Lei 10.520/2002. Esse dispositivo impediria a recorrente de participar de licitações ou celebrar contratos administrativos [com a Finep] pelo prazo definido pela entidade sancionadora, por força do disposto no art. 38, II, da Lei 13.303/2016, que rege atualmente as contratações da Finep.

Concordo com a unidade instrutora que essa também não é a melhor interpretação. O art. 38, II, da Lei das Estatais é literal ao impedir a participação em licitações tão somente a empresas sancionadas pela própria entidade e não por outra empresa pública ou sociedade de economia mista. No caso concreto, anoto que a Finep entendeu que havia o impedimento do art. 38, II, da Lei 13.303/2016 pela pena aplicada pela SCGAS, quando, na verdade, esse impedimento só se aplicaria para as penas aplicadas pela própria Finep.

Realmente, há interpretação distinta entre o TCU e o STJ quanto à abrangência dos efeitos da pena de suspensão temporária disciplinada pelo art. 87, III, da Lei 8.666/93. Para o TCU, a sanção produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador. Para o STJ, a sanção aplica-se a toda Administração Pública.

[...]

Dito isto, passamos agora a analisar os posicionamentos do STJ, do TJSC, do TRF4, bem como, da redação dada pela Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

4.3 – Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que a sanção de suspensão de participação em licitação não se restringe a um Órgão do Poder Público. Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. (...) 2. De acordo com a jurisprudência do STJ, **a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública** (...) (AIRESPP 201301345226, GURGEL DE FARIA, STJ – PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:31/03/2017).

Ou seja, para o Superior Tribunal de Justiça, tradicionalmente, este compreende que os efeitos da **suspensão temporária** alcançam todos os órgãos da administração, sendo o julgado aquele utilizado pelo STJ até hoje.

Conforme observado, é clara a divergência entre o Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema.

4.4 – Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Em consulta a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no particular, utilizando a palavra-chave “*impedimento de licitar*”, foram encontrados alguns Acórdãos que tratam da matéria.

Prudente transcrever aqui, o Acórdão mais recente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sobre a matéria:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0041/2022 - PROCESSO PMSC Nº 57744/2021, DESTINADA À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE COZINHEIRO, SERVENTE E ZELADOR, PARA ATENDER AS UNIDADES DO COLÉGIO POLICIAL MILITAR "FELICIANO NUNES PIRES" - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. DESCLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE SANÇÕES DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO (ART. 87, III, DA LEI 8.666/1993) E IMPEDIMENTO DE LICITAR (ART. 7º DA LEI N. 10.520/2002). PENALIDADES QUE ALCANÇAM TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES DO STJ. RELEVÂNCIA DAS SANÇÕES IMPOSTAS EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS COM SEMELHANTE OBJETO. HIGIDEZ DA DESCLASSIFICAÇÃO. ORDEM DENEGADA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. (TJSC, Mandado de Segurança Cível n. 5032909-98.2022.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Sandro Jose Neis, Terceira Câmara de Direito Público, j. 25-04-2023).

Conforme se observa, o entendimento atual do Poder Judiciário Estadual, *in casu*, é o mesmo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual entende que deve prevalecer, quando da penalidade prevista no art. 87, III, da Lei Federal n. 8.666, de 1993, que esta não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública.

Ademais, igualmente restou realizada consulta com a palavra-chave “*impedimento de contratar*”.

Neste aspecto, transcrevemos um Acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sobre o tema:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 898/22 DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. AQUISIÇÃO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS, COM CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, PARA AS UNIDADES DE SAÚDE. INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE. EXISTÊNCIA DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO. ART. 87, INC. III, DA LEI N.º 8.666/93. ALEGADA CIRCUNSCRIÇÃO AO ÓRGÃO SANCIONADOR. IMPROCEDÊNCIA. APENAMENTO ADMINISTRATIVO QUE SE ESTENDE À TODA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ORIENTAÇÃO DA CORTE ESPECIAL DO STJ. CONVERGÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA DO TJSC. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO A AMPARAR A IMPETRAÇÃO. ART. 1º, CAPUT, DA LEI N.º 12.016/09. ORDEM DENEGADA, PREJUDICADO O AGRAVO INTERNO. "É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça que a extensão dos efeitos da pena de suspensão temporária de licitar abrange toda a Administração Pública, e não somente o ente que aplica a penalidade" (STJ, AgInt. na SS. n.º 2.951/CE, rel. Min. Herman Benjamin, Corte Especial, j. 04.03.20). (TJSC, Mandado de Segurança Cível n. 5042910-45.2022.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, Segunda Câmara de Direito Público, j. 31-01-2023).

Referido Acórdão também segue o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, de que "[...] *a extensão dos efeitos da pena de suspensão temporária de licitar abrange toda a Administração Pública, e não somente o ente que aplica a penalidade*".

4.5 – Jurisprudência do Tribunal Regional Federal da Quarta Região

Prosseguindo, em consulta a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, utilizando a palavra-chave "*Pregão Eletrônico. Impedimento de Licitar*", igualmente foram encontrados alguns Acórdãos que tratam da matéria.

E neste aspecto, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região acompanha o entendimento do Tribunal de Contas da União, principalmente no caso em que o fundamento legal da sanção de impedimento de licitar se dá com base no art. 7º, da Lei n. 10.520/2002, senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. INDEFERIMENTO. PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO. IMPEDIMENTO DE LICITAR. 1. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos suficientes que atestem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, nos termos do disposto no art. 300 do CPC. 2. **A aplicação da penalidade de impedimento de licitar, prevista genericamente no art. 7º da Lei 10.520/02, se dá de maneira restrita ao âmbito do ente que aplicou a sanção, tendo em vista que o dispositivo legal é expresse no sentido da alternatividade da aplicação da penalidade em face da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.** 3. O artigo 7º da Lei nº 10.520/02 não se confunde com o artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93, que prevê suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pela inexecução total ou parcial do contrato 4. Manutenção da decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela recursal. (TRF-4 – AG: 50182830220214040000 5018283-02.2021.4.04.0000, Relator: ROGERIO FAVRETO, Data de Julgamento: 20/07/2021, TERCEIRA TURMA).

Observamos que o entendimento jurisprudencial do Tribunal Federal da Quarta Região é claro em interpretar restritivamente o impedimento de licitar ao órgão que o aplicou quando o fundamento se dá no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

4.6 – Nova Lei de Licitações – 14.133/2021

De outra banda, denota-se que a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei Federal n. 14.133, de 2021, em seu § 4º, artigo 156, delimita as suspensões temporárias expressamente ao “*ente federativo que tiver aplicado a sanção*”.

No particular, a interpretação conferida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo TRF4, atualmente, é a que se apresenta mais adequada a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.7 – Do Edital / Situação dos autos

O edital do Processo Licitatório n. 89/2023, Modalidade Pregão Eletrônico de Registro de Preços n. 52/2023, por sua vez, estabeleceu, dentre as condições de participação na licitação:

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar as microempresas ou empresas de pequeno porte interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, especialmente o disposto no Termo de Referência, bem como o atendimento à documentação constante neste Edital e seus anexos e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, por meio do site www.bll.org.br.

3.1.1. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.1.1.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de possíveis sanções penais cabíveis.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

3.2.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.2.2. Empresas ou Sociedades Estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.3. Empresas que estejam reunidas em Consórcio;

3.2.4. Empresas impedidas de licitar ou contratar com Poder Público (Art. 7º da Lei 10.520/02), ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III da Lei 8.666/93);

[...]

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Tribunal de Contas da União no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>; e

b) Cadastro Nacional Pessoas Punidas CEIS - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

6.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa participante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

[...]

Por força destes aspectos, justificou a Pregoeira, que *“Em análise aos documentos da empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, verificou-se na consulta consolidada do TCU que a mesma apresenta restrições. De acordo com prejulgados do STJ a penalidade impede de participar de licitações em qualquer órgão público, deste modo a empresa é inabilitada no certame. O documento pesquisado será anexo aos autos deste processo”*.

Todavia, no caso em tela, observa-se que a Recorrente apresenta cadastro no **SICAF**, decorrente de penalidade de impedimento/proibição de contratar por prazo determinado, constante no **CEIS**, tendo como Órgão Sancionador a Prefeitura Municipal de Farroupilha – RS, fundamentada no artigo 7º da Lei 10.520/2002.

Tabela de dados

IMPRIMIR

BAIXAR

REMOVER/ADICIONAR COLUNAS

PAINEL DE SANÇÕES

VISUALIZAÇÃO GRÁFICA

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇ
Detalhar	CEIS	14.292.313/0001-75	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	SC	Prefeitura Municipal de Farroupilha (RS)	Impedimento/ de contratar c/ determinado

Ainda, conforme documentação acostada aos autos pela Recorrente, referida sanção possui abrangência delimitada *“Na esfera e no Poder do Órgão Sancionador”*.

Conforme se observa, a aplicação da sanção, portanto, tem por fundamento o art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que possui o seguinte texto:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Observa-se que o formato desta sanção é diferente das costumeiras, como as aplicadas nas modalidades de concorrência, tomada de preços, convite (dentre as previstas na Lei 8666/93). Neste caso a sanção é específica a modalidade de pregão.

Ademais, ainda é prudente frisar que a Instrução Normativa SEGES/MPFG n. 03, de 26 de abril de 2018, é clara em seu Art. 34, inciso III, c/c o seu §1º, que:

Art. 34. São sanções passíveis de registro no Sicaf, além de outras que a lei possa prever:

[...]

III - suspensão temporária, conforme o inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, e o inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303, de 2016;

[...]

§ 1º A aplicação da sanção prevista no inciso III do caput impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos, **no âmbito do órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção.**

Ou seja, pelas disposições da Instrução Normativa SEGES/MPFG n. 03, de 26 de abril de 2018, no seu art. 34, inciso III, c/c o seu §1º, resta o entendimento de que a penalidade constante no **CEIS** não impede a habilitação e contratação de licitante, em outro órgão ou entidade diverso daquele responsável pela aplicação de sanção.

Aspecto importante ainda é lembrar que a instrução normativa retro citada, é a instrução normativa expedida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que regulamenta o SICAF.

Ainda, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, referido dispositivo legal narra que o licitante “*ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito federal ou Município*”.

Termos que, aparentemente, a expressão “ou” indica separação. Ou seja, a sanção terá efeito tão somente no ente federativo que a aplicou.

Sobre o assunto, é prudente mencionar o jurista Marçal Justen Filho, o qual leciona que:

[...]

Portanto, um sujeito punido no âmbito de um município não teria afastada sua idoneidade para participar de licitação promovida no órbita de outro ente federal.” (in Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 5º Ed, São Paulo: Dialética, 2009, p. 252).

Ainda, sobre o tema, o Nobre jurista Fabrício Motta, igualmente leciona:

Sem tomar posicionamento a respeito da celeuma, no tocante à questão que nos interessa diretamente, ou seja, a abrangência da penalidade prevista no art. 7º da Lei n. 10.520/02, há que se destacar que o impedimento de licitar e contratar referir-se-á à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, de acordo com a expressa dicção legal. O uso da conjunção alternativa ‘ou’, somado à referência à entidade política, parece espancar as dúvidas tocantes à eventual extensão da sanção a todas as esferas. (in Pregão presencial e eletrônico, Belo Horizonte: Fórum, 2006, pags. 155-156).

Assim, de uma análise conglobante da matéria, tem-se que a aplicação da sanção com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, não poderá ser estendida para toda a Administração Pública, pois justamente essa é uma das diferenças entre impedimento de licitar e a declaração de inidoneidade.

Vale destacar, no particular, o que Jessé Torres Pereira Junior comenta sobre o assunto:

A diferença do regime legal regulador dos efeitos da suspensão e da declaração de inidoneidade reside no alcance de uma e de outra penalidade. Aplicada a primeira, fica a empresa punida impedida perante as licitações e contratações da Administração; aplicada a segunda, a empresa sancionada resulta impedida perante as licitações e contratações da Administração Pública” (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 8 ed. rev., atual. e ampl., Rio de Janeiro: Renovar, 2009, pags. 860 e 861).

Ademais, frisamos que a **declaração de inidoneidade** (Art. 87, IV, LLC) tem abrangência sobre toda a Administração Pública, na forma do art. 6º, XI, da Lei nº 8666/93, compreendida como a *“a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas”*.

Todavia, não é o que fundamenta a restrição decorrente do impedimento / proibição de licitar constante no **SICAF** da Recorrente.

Ainda, sobre a questão da Declaração de Inidoneidade no Pregão, em decisão recente sobre o tema, assim decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. PREGÃO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE. IMPOSSIBILIDADE. LEI ESPECIAL. SANÇÕES PRÓPRIAS. OBSERVÂNCIA. 1. As normas de aplicação subsidiária figuram como comandos de reserva, que só podem ser aplicadas quando a legislação especial não disciplinar, diretamente, a questão. 2. A expressão “sem prejuízo [...] das demais cominações legais”, constante do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, deve guardar congruência com a premissa acima citada e com a norma do art. 9º da mesma lei, em função da interpretação sistemática, de modo que, nas “demais cominações legais” não estão abrangidas, portanto, aquelas subsidiariamente previstas na lei geral de licitações. 3. **Hipótese em que a norma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993, que prevê a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, não poderia ser aplicada em caráter subsidiário, porque a própria lei que disciplina o pregão previa sanção própria e especial (art. 7º da Lei n. 10.520/2002) para as irregularidades supostamente praticadas pela parte recorrente, dispensando a necessidade de se buscar, em outra fonte normativa, a penalidade a ser infligida.** 4. Recurso especial provido. RECURSO ESPECIAL Nº 1.603.019 - SC (2016/0139265-8) RELATOR: MINISTRO GURGEL DE FARIA (julgado em 22 de novembro de 2022 – DJE em 31 de janeiro de 2023).

Neste interim, entender que a penalidade constante no site do **CEIS**, ensejaria a impossibilidade de a Recorrente participar do certame no Município de Cordilheira Alta, SC, extrapola os limites da penalidade imposta pelo Município de Farroupilha, RS, vez que ela tem efeitos restritos ao órgão sancionador (Município Farroupilha, RS), com o que a Recorrente não está impedida de licitar ou contratar com este Município e/ou qualquer outro órgão público.

V – CONCLUSÃO

Ante o exposto, **CONHEÇO** e **DOU PROVIMENTO** ao recurso apresentado por **POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA**, declarando-a **HABILITADA** no Processo Licitatório n. 89/2023, Pregão Eletrônico n. 52/2023, nos termos da fundamentação acima.

Assim, encaminhe-se os autos à autoridade superior para análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Cordilheira Alta, SC, 22 de setembro de 2023.

Emerson Verdi – OAB/SC 44.809
Procurador Geral do Município

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PERSONALIZADOS E PELICULAS AUTOMOTIVAS PARA O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, SC.

RECORRENTE: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.

Assunto: RECURSO em face da decisão da Pregoeira que determinou a **INABILITAÇÃO** da Recorrente. Impedimento de Contratação. Empresa com registro na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS**. Registro Ativo.

RETIFICAÇÃO DA DECISÃO

Retifico a Decisão expedida pela Pregoeira e pela Comissão de Licitação do Município de Cordilheira Alta – SC, na data de 28 de agosto de 2023, nos autos do Processo Licitatório n. 89/2023, Pregão Eletrônico n. 52/2023.

Desta forma, após detida análise da manifestação de interposição de recurso, em cumprimento aos princípios que norteiam a Licitação e a Administração Pública decido **CONHECER** e **DAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado por **POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA**, declarando-a **HABILITADA** no Processo Licitatório n. 89/2023, Pregão Eletrônico de Registro de Preços n. 52/2023.

É a decisão.

Publique-se e intime-se.

Cordilheira Alta, SC, 22 de setembro de 2023.

Clodoaldo Briancini

Prefeito Municipal